

Uma Nota sobre o Fim do Ciclo da Esquerda Brasileira: Economia Política para uma Esquerda Racional

Alcino Ferreira Câmara Neto e Matías Vernengo¹

Introdução

A esquerda brasileira vive uma encruzilhada histórica. Um dos mais importantes representantes políticos da esquerda em décadas, o Partido dos Trabalhadores (PT), vive uma crise de identidade. Segundo alguns observadores a crise interna do PT representa o fim de um ciclo na história da esquerda brasileira (Benjamin, 2005).² Será que não existirá mais um futuro de e para a esquerda no Brasil? Acreditamos que não, já que as razões de sua existência e crescimento, qual seja, a dependência, a miséria, a exclusão social e a péssima distribuição de renda e riqueza continuam existindo e não nos parece que a direita tenha qualquer projeto sério que envolva a resolução de todos estes problemas, a não ser a crença religiosa de que o mercado pode resolver todos eles.

Acreditamos que a noção de que a crise é especificamente brasileira – embora tenha características específicas aqui – é essencialmente incorreta. As esquerdas do ‘primeiro mundo’ precisam também redefinir suas propostas, não apenas por conta do ocaso do Leste Europeu, mas porque o capitalismo nos países centrais, por várias razões, conseguiu atender parte ponderável das demandas de seus cidadãos originais. Hoje, os problemas mais sérios de exclusão atingem imigrantes, ou filhos de imigrantes e minorias étnicas, religiosas e sexuais.

¹ Da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da University of Utah. O artigo foi preparado para o V Colóquio de Economistas Políticos Latino-Americanos, Cidade do México, 27-29 de Outubro de 2005. Gostaríamos de agradecer a Al Campbell pelo interesse no assunto, e por conversas sobre a esquerda na América latina.

² A suposição de César Benjamin – discutida em várias publicações – é que houve dois ciclos da esquerda no Brasil. Um ciclo longo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que entrou em crise após 1964, e um segundo que se consolidou com o surgimento do PT no início dos anos 80. O fim do ciclo PT nos colocaria frente ao desafio de construir uma nova organização política e uma nova visão estratégica. A natureza do ciclo é diferente da sugerida por Castañeda (1993), que argumentava sobre o fim do ciclo da guerrilha armada para a esquerda na América Latina.

É claro que existem contradições importantes nestes países, entre as quais destacaríamos a degradação ecológica, a vulnerabilidade externa (todos, com exceção do emissor da moeda internacional, num quadro de livre mobilidade de capitais, são excessivamente vulneráveis) e a ‘implosão demográfica’ (qual seja a redução das taxas de crescimento demográfico a índices negativos o que aponta no longo prazo para, por um lado, uma espécie de descaracterização étnica, com seus contingentes ora majoritários tendendo a se tornar minoritários no futuro e seus contingentes minoritários e de migrantes tendendo a se tornar majoritários). No entanto, estes problemas geram um conjunto de questões éticas e políticas, inclusive acerca do sistema representativo, na medida em que os explorados são, em larga medida, não-eleitores ou não-cidadãos, que ainda não se desenvolveram a ponto de criar condições para a emergência de uma alternativa de esquerda.

No mundo subdesenvolvido, em face da brutal concentração de renda e riqueza à escala internacional, nas últimas décadas, especialmente em detrimento da América Latina, África e Mundo Islâmico, em tese, deveria existir mais espaço para o surgimento de alternativas à esquerda. No entanto, não só não surgiram novas alternativas de esquerda, como nem mesmo ocorreu uma nova articulação com as forças nacionalistas que avançaram em alguns destes espaços regionais. Certamente, uma das razões desta ausência de alternativas resulta do enfraquecimento da classe trabalhadora em todas estas regiões em decorrência do abandono de políticas de pleno-emprego e geração do desenvolvimento.

No entanto, não é equivocado apontar como causa adicional a ausência de alternativas a este tipo de política e a adoção de uma postura defensiva, como se o espaço de atuação da esquerda passasse a ser apenas a de defesa do povo contra o mercado, através de políticas compensatórias e não alternativas. Esta postura mostrou-se ainda mais injustificável na América latina, na última década, quando praticamente todos os eleitorados que foram chamados a se manifestar defenestraram do poder políticos conservadores que adotavam políticas de liberalização econômica que, via de regra, tinham o apoio das classes rentistas e levavam a um aprofundamento da dependência e da vulnerabilidade externas.

A saída preferida pela elite dirigente do país é o que se convencionou chamar de chilena, seguindo a denominação do Senador Jefferson Pérez (2005). Para ele a redemocratização no Chile levou ao temor de que os partidos Democrata Cristão e Socialista ao chegar ao poder, enveredassem por uma política econômica “populista e irresponsável” (sic). O governo da aliança democristã-socialista, a chamada ‘concertación,’ entretanto, propôs um pacto que consiste basicamente em sustentar o equilíbrio macroeconômico, com mudanças apenas pontuais no modelo seguido pelos militares. Esta nota visa, por um lado, contestar a noção do fim do ciclo de esquerda, ou pelo menos a versão que enfatiza o excepcionalismo brasileiro, e de outro, mostrar que frente à crise do PT, e nos acrescentaríamos da esquerda em geral incluído aí o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a saída chilena não representa uma novidade, mas sim a continuidade da crise. Ao contrário da saída chilena, sugerimos que uma saída argentina ou venezuelana seriam mais adequadas, mesmo que pouco prováveis no contexto político brasileiro corrente, como formas de revitalizar a esquerda no Brasil.

No caso argentino, o Partido Justicialista (Peronista), que nos anos 90 esteve identificado com o neoliberalismo Menemista, deu novo giro ideológico com Néstor Kirchner, e adotou, em parte, medidas macroeconômicas consideradas heterodoxas (câmbio desvalorizado, controles de capital, e juros baixíssimos). De outro lado, a via venezuelana implica a ruptura com os velhos partidos políticos e a reconstrução das alianças de classe, o que permite colocar a retomada do desenvolvimento e a distribuição da renda no centro das políticas macroeconômicas. A lição importante para os partidos de esquerda brasileiros é que partidos que aceitaram durante um período algumas propostas do receituário neoliberal do Consenso de Washington podem perfeitamente redirecionar suas prioridades econômicas e alianças políticas, e que se não o fizerem eventualmente serão relegados a um plano secundário.

Ciclos e Reciclados

Uma tese popular nestes dias parece aceitar que com a crise do PT um ciclo da esquerda brasileira chega ao seu fim. Entretanto, a tese dos ciclos é duvidosa no melhor dos casos,

se não completamente incorreta. A idéia de que os ciclos da esquerda no Brasil estejam estritamente associados a partidos políticos, em detrimento de outras instituições e canais de participação política é duvidosa. Por exemplo, a noção de um primeiro ciclo da esquerda como sendo circunscrito ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), sem levar em consideração a relevância de partidos com menos conteúdo ideológico, e às vezes tidos como ‘burgueses’ pelos comunistas, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e até mesmo o Partido Social Democrático (PSD), sem falar nos sindicatos e organismos de classe, nos quais o PCB teve participação importante, mas limitada, é no mínimo simplista.

No Brasil, como em muitos países latino americanos e do ‘terceiro mundo,’ a relação entre a esquerda ideológica, por assim dizer, o movimento trabalhista, e outras forças populares nunca foi simples. O nacional-desenvolvimentista de Vargas representava as forças e ideais da esquerda – incluído aí um vínculo com os setores populares e os sindicatos que o comunismo, e mais recentemente a social democracia brasileira, sempre careceram – de modo mais completo do que o partidão, embora os comunistas tiveram muito maior presença sindical que o PSDB jamais teve e menor do que o PT. Parece claro que o ciclo da esquerda esteve ligado ao auge e declínio do Varguismo, e o PCB teve uma participação relevante, mas em última análise secundária naquele ciclo.

Cabe destacar que o nacional-desenvolvimentismo não foi um fenômeno exclusivamente, ou mesmo predominantemente, de esquerda. O Varguismo teve a maior importância no ciclo político da vida nacional, mas não no ciclo de uma certa esquerda, onde as interpretações do Partidão, inclusive via Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foram da maior importância. Mas ao influenciar de modo determinante a política econômica, boa parte da esquerda³ – incluído aí o PCB que “abandonou sua estratégia revolucionária, e assumiu a defesa de um projeto de ‘desenvolvimento nacional’ que deveria ser liderado pela burguesia industrial brasileira” – aderiu ao nacional-desenvolvimentismo, e por isso mesmo é mais relevante para entender o ciclo da

³ Ver Fiori (2006) para os grupos paulistas que seriam centrais no PSDB e no PT, que por sua intolerância com o nacionalismo, e as políticas keynesianas, que, em última análise viam como populistas, optariam por rever as bases econômicas da Era Vargas.

esquerda.

Isto é verdade mesmo que se acredite, como Lessa e Fiori (1983), que a estratégia de desenvolvimento Varguista implicava abertura, integração internacional, e papel preponderante para os capitais estrangeiros – algo impensável para os grupos de esquerda mais radicais – e sustentados em grande medida pelo paternalismo estatal. O mesmo pode ser dito de outros líderes nacional-populistas na América Latina como Perón, que usou o nacionalismo⁴ como uma força galvanizadora dos movimentos progressistas de esquerda (Altamirano, 2001).⁵

O erro de diagnóstico sobre o primeiro ciclo da esquerda, em geral, leva a conclusões inadequadas sobre o segundo ciclo, que começaria após um interregno prolongado durante a ditadura, com o nascimento do PT em 1980 (Benjamin, 2005). Argumentar que o PT foi o foco central do segundo ciclo da esquerda no Brasil – sem negar sua centralidade, em particular, depois da eleição de 1989, quando se tornou a principal alternativa eleitoral da esquerda – é uma distorção do papel do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e dos dois partidos que cresceram a partir dele, a saber, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).⁶ Vários membros do PT hoje começaram suas carreiras políticas nesses partidos, que foram instrumentais no processo de redemocratização. Um segundo ciclo da esquerda em que o Partido dos Trabalhadores é o único ou mesmo o principal veículo dos projetos da esquerda durante o período inteiro é simplesmente incorreto.

Além disso, a tese dos ciclos da esquerda padece o problema de se sustentar sobre a noção do excepcionalismo brasileiro. O declínio do PT, se é isto que estamos observando, pode ser entendido de forma mais adequada como o paradoxo do declínio da

⁴ Sobre a relação da esquerda com o nacionalismo ver Hobsbawm (1989).

⁵ Não podemos deixar de notar que nos Estados Unidos isto também é verdade. Isto é, as fortunas da esquerda estiveram ligadas ao movimento populista e, depois do New Deal, ao Partido Democrata, em lugar dos partidos socialista ou comunista. Daí o argumento clássico de Werner Sombart sobre a ausência de socialismo nos EUA, que poderia ser estendido a quase totalidade da América Latina, exceção feita ao Chile e Cuba.

⁶ O papel do núcleo duro da esquerda do MDB, o chamado grupo ‘autêntico’ era mover a legenda à esquerda em direção à defesa da abertura democrática (Nader, 1998).

esquerda em geral, incluindo aí o PSDB. O paradoxo é que o PT chegou ao poder em decorrência das limitações das estratégias neoliberais, mas foi incapaz de romper com o seu legado. Mas isto não é um fenômeno petista ou mesmo brasileiro, pelo contrário parece ser um fenômeno global. O colapso de comunismo Soviético, o enfraquecimento ou desaparecimento do comunismo na Europa Ocidental, o repúdio pelo Partido Trabalhista britânico dos elementos socialistas em sua plataforma, o surgimento dos ‘New Democrats’ e sua rejeição das políticas do New Deal, e o declínio rápido do socialismo no ‘terceiro mundo’ são tão paradoxais como a conversão de alguns membros do PT ao conservadorismo econômico. O mesmo pode ser dito sobre a conversão de certos membros do PSDB, durante o governo Cardoso, ao neoliberalismo.

Todos estes problemas sugerem que a idéia dos ciclos da esquerda está baseada em uma leitura *naïve* e maniqueísta do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento das idéias, das alianças de classe, e da organização dos movimentos de esquerda. Os partidos políticos, num sistema onde não há fidelidade partidária, onde os parlamentares trocam com facilidade de legenda, e onde o grau de identificação do eleitorado com as legendas políticas é limitado, são vulneráveis a mudanças de rumo, e pouco propensos a coerência ideológica.

A crise política iniciada pela série de denúncias contra o PT, não marca o fim de um ciclo para a esquerda brasileira. O fim do ciclo esteve em todo caso marcado por Fernando Henrique Cardoso (FHC), que ao tomar posse, anunciou que seu objetivo era acabar com a ‘Era Vargas.’ Do mesmo modo, um novo ciclo não demanda necessariamente o renascimento de partidos políticos comprometidos com a coerência ideológica, embora isso possa ser parte do processo. Na verdade, nada impede que os partidos que aí estão, devidamente reciclados e purgados, sejam condutores de políticas econômicas mais afinadas com os movimentos progressistas. Essa é na verdade a questão relevante: porque o PT, e antes o PSDB, deram uma guinada à direita? É possível que estes partidos, que com suas respectivas alianças, parecem ter hegemonizado a política brasileira façam uma nova virada, desta vez à esquerda? Ou é mais razoável esperar que algum novo partido, como o Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) ocupe o vácuo?

Ligações Perigosas

A resposta convencional é que a virada à direita, aqui como em outros países, tem como fundamento o pragmatismo eleitoral. Isto é, somente se livrando do ranço esquerdista a esquerda poderia vencer. No caso do PT, a aceitação do compromisso público através da “Carta ao Povo Brasileiro,” divulgada em junho de 2002 marcou a conversão do partido em direção de uma política macroeconômica ‘responsável.’ Nela o PT assumia o compromisso com o Fundo Monetário Internacional (FMI) de manter a meta de superávit primário de 3,75% do PIB (depois expandida para 4,25%), e garantir os contratos da dívida externa, além de um compromisso geral com a estabilidade macroeconômica. Adicionalmente a conversão do PT foi completada com as alianças políticas além dos tradicionais aliados de esquerda, em particular o Partido Liberal (PL). Ou seja, é aceito que a virada à direita tem um fundamento econômico, ligado ao compromisso com o mercado, e um fundamento político, associado às alianças políticas com partidos de centro-direita.

Entretanto, é importante não exagerar a relevância do comprometimento com a ortodoxia macroeconômica, e o papel das alianças políticas nos resultados das urnas. Vários políticos latino americanos venceram eleições exatamente porque prometeram romper com a ortodoxia econômica, e somente após a eleição optaram por uma *volte-face*. Na verdade, o comprometimento pré-eleitoral do PT com a ortodoxia macroeconômica é anomalia e não a norma. Menem, por exemplo, prometeu o “salariato,” e entregou a conversibilidade e a triplicação das taxas de desemprego.

Mais ainda, é de se acreditar que o resultado pífio das reformas liberais do Consenso de Washington, que levaram a uma segunda meia-década perdida de 1998 a 2002 (Ocampo, 2002), alimentassem a ânsia por mudanças no eleitorado, e fossem a verdadeira força por trás não somente da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, mas de uma série de candidatos à esquerda do espectro político em toda a América Latina. Em outras palavras, é um embuste acreditar que a manutenção de políticas macroeconômicas neoliberais foi um instrumento essencial da vitória do PT. O mesmo pode ser dito das alianças políticas.

Ellner (2004) sugere que duas estratégias foram utilizadas pela esquerda na América latina na luta contra o neoliberalismo. As estratégias são definidas pelo grau de concessões aceitas pela esquerda para tentar reduzir os piores efeitos das políticas neoliberais. A primeira estratégia associada a Jorge Castañeda, ex-assessor de Cuauhtémoc Cardenas, implica a esquerda aceitar um papel minoritário em uma coalizão dominada por elementos de centro-direita. A expectativa seria, que além de promover a democracia, algo essencial no contexto mexicano, uma vez dentro do governo, os elementos mais à esquerda poderiam minimizar os excessos neoliberais.⁷ A mesma estratégia pode ser detectada na ‘alianza’ entre a tradicional Unión Cívica Radical (UCR) e o FREPASO – este último de esquerda e sócio minoritário na aliança – que teve fim dramático na Argentina em dezembro de 2001, ou na ‘concertación’ chilena, com resultados menos drásticos.

A segunda estratégia, ainda de acordo com Ellner (2004), colocaria as alianças em segundo plano e subordinadas à luta contra o neoliberalismo. A estratégia estaria ligada às idéias de Harnecker (1999), e a experiência Sandinista, que ao fim do ciclo de lutas contra o antiimperialismo teria perseguido a meta mais moderada de combater o neoliberalismo. Segundo Ellner o exemplo deste tipo de estratégia seria o governo Lula no Brasil.⁸ Há no mínimo dois problemas com a posição de Ellner.

Em primeiro lugar, a estratégia de Lula, no que concerne às alianças à direita, e a política macroeconômica, não difere marcadamente da do governo anterior. Nesse sentido tanto Lula como FHC deveriam ser vistos como antineoliberais. Contudo, a despeito da trajetória política de ambos, o argumento parece fora de lugar. Em particular, a ênfase numa política macroeconômica dominada pelo câmbio valorizado, os juros básicos na estratosfera, e o permanente ajuste fiscal (manutenção de superávits primários) deixa

⁷ As idéias de Castañeda foram expostas em artigo publicado conjuntamente com Roberto Mangabeira Unger denominado o “Consenso de Buenos Aires.” A idéia deste anti-Consenso de Washington era rejeitar o populismo irresponsável e manter os comprometimentos sociais amplos da esquerda. Ver Castañeda e Unger (1998).

⁸ A segunda estratégia em versão radical priorizaria o anti-imperialismo, em lugar do anti-neoliberalismo. Chávez representaria esta estratégia segundo Ellner (2004). Para uma visão cética sobre alguns aspectos da virada a esquerda na América latina ver Vernengo (2005).

pouco espaço para expandir a geração de empregos e os gastos sociais, marcas de um governo genuinamente comprometido com o anti-neoliberalismo.

A questão é que o que define o anti-neoliberalismo, ou não, não é propriamente a natureza das alianças políticas, à direita ou à esquerda, ou mesmo o apoio de entidades patronais ou trabalhistas, mas sim a política econômica. Nem foram os aliados políticos que forçaram o governo do PT, ou antes do PSDB, a seguir as políticas econômicas em vigor. No caso do PT, ao contrário, o vice-presidente manteve uma postura crítica ao longo do tempo, particularmente em relação à política monetária.⁹

Isto indica que as alianças políticas são, em grande medida, ortogonais a questão da definição da política econômica. Dito de outra forma, as ligações políticas com partidos de centro-direita são menos perigosas do que os críticos de esquerda suspeitam. E se a política econômica ortodoxa, como sugerido acima, não foi central para a eleição, fica evidente que há espaço para uma guinada à esquerda na política econômica, sem grandes conseqüências no frente eleitoral. Na verdade, a experiência recente na Argentina sugere exatamente o oposto. Kirchner promoveu um redirecionamento de 180 graus do Peronismo, o segundo em pouco mais de uma década, e colheu uma vitória significativa nas últimas eleições.

Efeito Orloff ou Revolução Bolivariana?

As experiências argentina e venezuelana apontam para o que nos parece essencialmente incorreto no diagnóstico catastrofista de alguns elementos da esquerda, que acreditam que a crise do PT marca o fim de um ciclo da esquerda. Este diagnóstico tem uma visão, no nosso entender, limitada da esquerda. O fim do ciclo, que ao nosso ver está ligado ao fim da ‘Era Vargas,’ só ocorrera quando a esquerda volte assumir no plano econômico políticas que priorizem o pleno emprego, a redistribuição de renda, e, em última análise, o pré-requisito para ambas, políticas que coloquem o crescimento em primeiro lugar. No

⁹ Além disso, o PT e o PSDB não são monolíticos, e tendências alternativas, e às vezes até mesmo contraditórias, convivem entre si. Por exemplo, o documento interno do PSDB redigido por Bresser-Pereira e Nakano (2002) mostra claramente como certos grupos dentro do partido eram críticos de alguns aspectos da política econômica durante o governo FHC. Para uma discussão do assunto ver Câmara e Vernengo (2002). O mesmo pode ser dito a respeito de vários grupos que permanecem dentro do PT.

caso argentino, aparecimento de uma proposta real de mudanças não esteve ligado ao surgimento de novos partidos ou movimentos de esquerda, embora estes existam, mas sim ao *aggiornamento* do velho Partido Justicialista, e de algumas idéias consideradas fora de moda. No caso venezuelano o renascimento da esquerda esteve associado aos movimentos sociais e com a ruptura com os velhos partidos políticos.

No caso argentino o detonador da mudança foi a crise de dezembro de 2001, mas somente após a eleição de Kirchner, o Partido Justicialista, deu claramente indicações de uma virada à esquerda. As razões estão associadas a pouca sustentação política de Kirchner, que perdeu o primeiro turno da eleição para Menem, e que não pode disputar o segundo frente à renúncia deste último. Ao contrário do que normalmente se diz, as políticas macroeconômicas heterodoxas deram sustentação a Kirchner e eventualmente levaram a uma vitória plebiscitária nas eleições parlamentares de 2005.

Na verdade, se algo pode ser dito sobre o apoio recebido por Kirchner como resultado de sua política macroeconômica é que ele seria ainda maior caso ele se movesse mais em direção à heterodoxia, ou seja, enfatizando o crescimento (ver gráfico 1) e o emprego.¹⁰ Entre as medidas corretas de Kirchner estão, em primeiro lugar, um câmbio desvalorizado, possível pelas intervenções do banco central, e pela existência de severos controles de capital. Estes por sua vez facilitam taxas de juros muito baixas (negativas em termos reais, ver gráfico 2) e taxas de crescimento que dobram as do Brasil, com uma inflação que se mantém razoavelmente sobre controle (embora mais alta que a brasileira, ver gráfico 1). Isto sem falar na negociação dura com os credores internacionais que permitiu uma redução considerável das obrigações externas, sem incrementar o chamado risco país.

De fato, a principal concessão que Kirchner tem feito à ortodoxia do FMI é a manutenção de superávits primários de perto dos 3% do PIB. Esta medida é desnecessária para garantir a sustentabilidade da dívida, uma vez que a economia vem se expandindo

¹⁰ Ver por exemplo a conversa do sociólogo Torcuato Di Tella com Kirchner e a afirmação, por este último, da importância do Estado em usar as políticas macroeconômicas para promover a produção e a geração de empregos (Kirchner e Di Tella, 2003, p. 29).

rapidamente, e com ela a arrecadação, e é prejudicial para a expansão econômica e, portanto, para a governabilidade. Os cortes nos gastos sociais e de investimento necessários para manter o superávit primário, em última análise, reduzem o investimento privado, o crescimento econômico e ajudam a manter as desigualdades sociais.¹¹

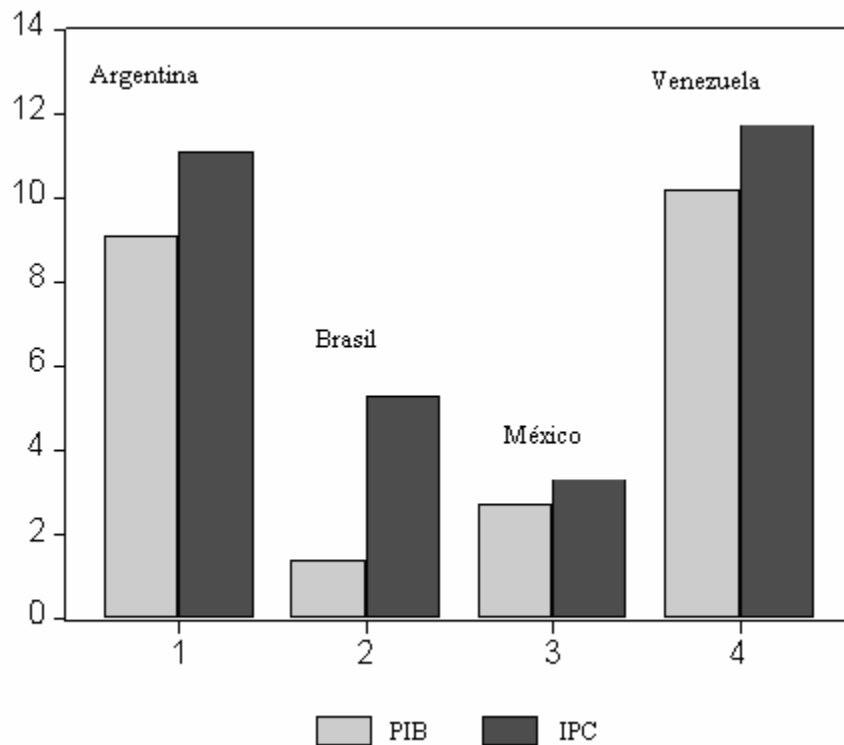


Gráfico 1: Crescimento do PIB e Inflação na América Latina em 2005.

Fonte: The Economist (2006)

O caso venezuelano é bem mais complexo. A ruptura com os partidos políticos tradicionais, e a ascensão de um líder personalista visto como um ‘outsider’ do sistema político tem similitudes preocupantes com outros líderes populistas de direita como Collor e Fujimori.¹² De fato, Teodoro Petkoff, líder e fundador do Movimiento al Socialismo (MAS) fundado em 1971 como uma dissidência do Partido Comunista

¹¹ Sobre a questão do déficit público e a noção de populismo econômico ver Bresser-Pereira e Dall’Acqua (1991) e Câmara e Vernengo (2004-5).

¹² Para uma descrição do fenômeno Chávez ver Marcano e Barrera (2005). Os autores (2005, p.53) notam que Chávez dizia durante sua primeira campanha presidencial que não era “nem de direita, nem de esquerda,” sendo, isto sim, “bolivariano,” interpretado como uma terceira via.

Venezuelano (PCV), a esquerda crítica na Venezuela, abandonou o partido quando este decidiu apoiar Chávez. Sem embargo, apesar das críticas tanto da direita como da esquerda, Chávez tem promovido a democratização do petróleo permitindo, depois de alguns tropeços iniciais, o crescimento da economia e a redução da pobreza.¹³ O caso venezuelano, como o argentino, está também baseado na priorização do crescimento em lugar da inflação (ver gráfico 1) e na utilização de controles de capital e a manutenção de taxas de juros básicas baixas (negativas em termos reais, ver gráfico 2).

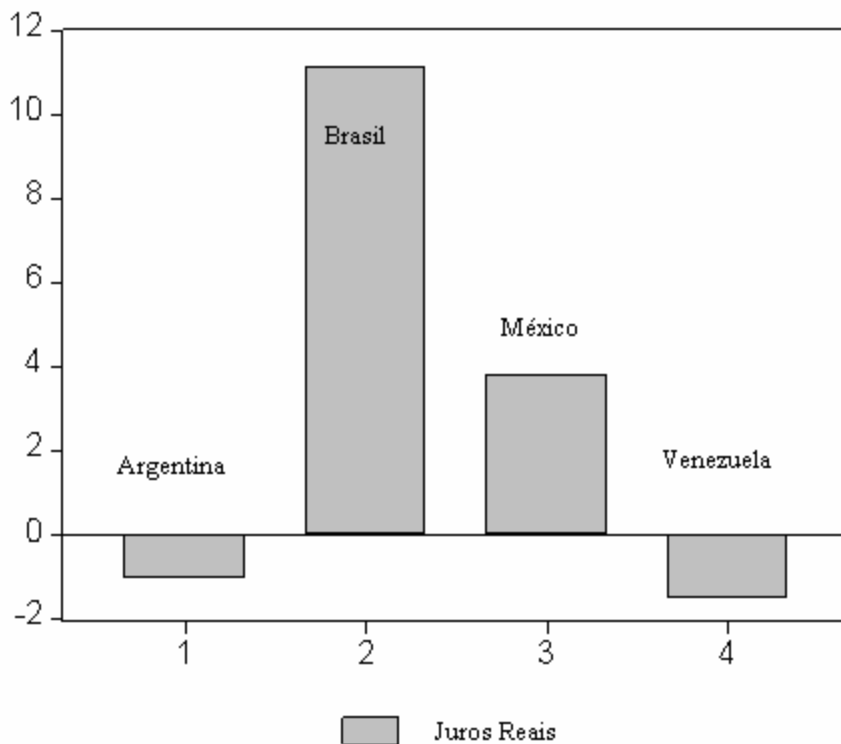


Gráfico 2: Juros Básicos Reais na América Latina em 2005.

Fonte: The Economist (2006)

As mudanças requeridas para promover resultados similares aos da Argentina e Venezuela são relativamente simples, e não demandam nenhuma mudança institucional

¹³ De 1970 a 1998 a renda per capita na Venezuela caiu 35 por cento, e de 1998 até 2006, durante o governo Chávez, cresceu apenas um pouco. Weisbrot (2005) corretamente argumenta que o governo Chávez pode pelos menos argumentar que reverteu uma tendência de queda catastrófica da renda per capita.

profunda. O essencial seria reintroduzir controles de capital, e com isso colocar dois preços essenciais no lugar certo, quais sejam: câmbio e juro. Além disso, maiores taxas de crescimento permitiriam eliminar a necessidade de superávits primários, que de resto tem efeitos deletérios sobre o crescimento e sobre a distribuição de renda. O que o Brasil precisa não é uma saída chilena – um pacto de governabilidade que congele as políticas macroeconômicas ortodoxas – mas sim uma argentina ou venezuelana, que viabilize a implementação da heterodoxia.

Um Novo Ciclo

O anseio de Jefferson Péres (2005) por uma saída chilena é, portanto, peculiar, uma vez que o domínio político do PSDB e do PT nos últimos 12 anos de fato reproduz o arranjo chileno. Aqui o PSDB e o PT de fato levaram os opositores da ditadura ao poder mantendo e aprofundando as reformas neoliberais iniciadas ao fim do governo Sarney e continuadas por Collor, bem como a ‘concertación’ permitiu que a oposição a Pinochet acesse ao poder sem modificar suas políticas econômicas. Como argumentamos acima as vias argentina e venezuelana, e não a chilena, representam caminhos possíveis para um novo ciclo da esquerda no Brasil.

José Carlos Assis (2006) sugere que um desempenho expressivo de Heloísa Helena ou de um candidato do PMDB (embora isto agora esteja descartado) no primeiro turno poderia servir como “cacife para negociar com Lula, no segundo turno, uma plataforma mínima de governo a ser apoiada,” o que permitiria uma “mudança na política econômica.”

Bresser-Pereira em entrevista a Campos Mello (2006) sugere que Alckmin “não representa, necessariamente, a continuidade da atual política econômica, como crê o mercado financeiro.” Em outras palavras, a grupos que ainda acreditam que o PT ou o PSDB podem ser instrumentos de uma saída argentina, ou seja, os mesmos partidos que apoiaram o Consenso de Washington poderiam, em circunstâncias diversas, promover uma virada para a esquerda.

Fiori (2006) sugere, ao contrário, que o PT e o PSDB têm suas origens em um grupo de intelectuais e sindicalistas avessos ao nacional-desenvolvimentismo varguista, e que “sua

intolerância com o nacionalismo, o desenvolvimentismo e o populismo e sua proposta alternativa de um novo tipo de desenvolvimento ‘dependente e associado’ com os Estados Unidos só [é] compatível com as políticas e reformas neoliberais.” Neste caso, somente a alternativa venezuelana estaria aberta para a esquerda-desenvolvimentista.

Do nosso ponto de vista, é impossível afirmar de modo categórico qual alternativa é mais viável para a esquerda no Brasil, a saída argentina ou a venezuelana, e é bem possível que continuemos com a via chilena. O que parece claro, entretanto, é que a crise do PT não representa o fim de um ciclo da esquerda brasileira. Na verdade, a adesão do PSDB e do PT, os principais partidos de origem social-democrática, ao neoliberalismo, representa a consolidação no Brasil de um movimento geral da esquerda em direção a políticas econômicas anti-keynesianas. Como o estado de bem estar social não se constrói em uma economia estagnada e dependente, a esquerda latino-americana não pode se dar ao luxo de ser neoliberal. Nesse sentido, somente uma reavaliação das políticas keynesianas, centradas na geração do pleno emprego e na melhoria da distribuição da renda, permitirão a consolidação de um novo ciclo da esquerda brasileira. Quem sabe assim a esperança possa finalmente vencer o medo, e a distância entre o que somos e o que esperávamos ser, como queria Furtado (1999, p. 26), possa ser reduzida.

Referências

Altamirano, Carlos (2001), *Peronismo y Cultura de Izquierda*, Buenos Aires, Temas Grupo Editorial.

Assis, José Carlos (2006), “O ‘Picolé de Chuchu’ e o Resgate de Lula.” Disponível em: <<http://www.desempregozero.org.br>>. Acesso em: 20 de maio de 2006.

Benjamin, César (2005), “O Mito do Paraíso Perdido,” *Folha de São Paulo*, 7 de agosto.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos and Fernando Dall’Acqua (1991), “Economic Populism versus Keynes: Reinterpreting Budget Deficits in Latin America,” *Journal of Post Keynesian Economics*, 14(1), fall, pp. 29-38.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano (2002) “Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade,” <http://www.bresserpereira.ecn.br>; e *Revista de Economia Política*, 22(3), julho, pp. 146-177.

Câmara Neto, Alcino F. e Matías Vernengo (2002), “Uma Releitura Heterodoxa de Bresser e Nakano,” *Revista de Economia Política*, 22(4), outubro, pp 152-55.

Câmara Neto, Alcino F. and Matías Vernengo (2004-5), “Fiscal Policy and the Washington Consensus,” *Journal of Post Keynesian Economics*, 27(1), winter, pp. 333-43.

Castañeda, Jorge (1993), *A Utopia Desarmada*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

Castañeda, Jorge, y Roberto Mangabeira Unger (1998), “Después del Neoliberalismo: Un Nuevo Camino.” *El Nuevo Herald Digital*, 11 de enero.

Ellner, Steve (2004), “Leftist Goals and the Debate over Anti-Neoliberal Strategy in Latin America,” *Science & Society*, 68(1), pp. 10-32.

Fiori, José Luis (2006), “A Esquerda e o Desenvolvimentismo.” Disponível em: <<http://www.desempregozero.org.br>>. Acesso em: 28 de maio de 2006.

Furtado, Celso (1999), *O Longo Amanhecer: Reflexões sobre a Formação do Brasil*, São Paulo: Paz e Terra.

Harnecker, Marta (1999), *Haciendo Posible lo Imposible: la Izquierda en el Umbral del Siglo XXI*, México, Siglo XXI.

Hobsbawm, Eric (1989), *Politics for a Rational Left*, London, Verso.

Kirchner, Néstor y Torcuato Di Tella (2003), *Después del Derrumbe: Teoría y Práctica Política en la Argentina que Viene*, Buenos Aires: Galerna.

Lessa, Carlos e José Luis Fiori (1983), “As Falácias do Nacionalismo Popular no Segundo Vargas,” *Texto para Discussão* No 30, Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial.

Marcano, Cristina y Alberto Barrera Tyszka (2005), *Hugo Chávez Sin Uniforme: Una Historia Personal*, Buenos Aires: Sudamericana.

Nader, Ana Beatriz (1998), *Autênticos do MDB: Semeadores da Democracia*, São Paulo, Paz e Terra.

Ocampo, José Antonio (2002), “Half a Lost Decade,” *ECLAC Notes*, No. 24.

Péres, José Jefferson (2005), “Uma Saída à Chilena,” *Folha de São Paulo*, 21 de julho.

The Economist (2006), Emerging Markets Indicators. Disponível em: <<http://www.economist.com/markets>>. Acesso em: 6 de maio de 2006.

Vernengo, Matías (2005), “Latin American Left Off Track.” Disponível em <http://www.dollarsandsense.org> e *Dollars & Sense*, No 259, May-June.

Weisbrot, Mark (2005), “A Note on Venezuela’s Economic Performance.” Disponível em: <<http://www.cepr.net>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2005.